

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS

**PROJETO DE LEI Nº 76, DE 21 DE JUNHO DE 2017.**  
GABINETE DO PREFEITO



**ALTERA LEI QUE AUTORIZA O  
MUNICÍPIO A ASSINAR CONVÊNIO COM  
O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º O Art. 3º da Lei Municipal nº 6.483, de 30 de abril de 2014, que estabelece a alíquota da contrapartida financeira ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS, fica alterado a fim de devolver o texto original deste artigo da referida Lei, uma vez que a Lei Municipal nº 7.009, de 06 de junho de 2017 está sendo revogada. O Art. 3º da Lei Municipal nº 6.483, de 30 de abril de 2014, volta a vigorar com a seguinte redação.

*Art. 3º Pelos serviços prestados, o Município participará mensalmente, com uma contrapartida financeira de 13,2% (treze inteiros e dois décimos por cento) incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados ao plano, cabendo ao servidor contribuir com cinquenta por cento deste valor.*

*Art. 2º Fica revogada a Lei Municipal nº 7.009, de 06 de junho de*

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2017.

**MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS**



GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI Nº 76, DE 21 DE JUNHO DE 2017.**

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS,

21 de junho de 2017.

WALDEMAR DE CARLI,

Prefeito

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS/2017**



GABINETE DO PREFEITO

O presente Projeto de Lei visa revogar a Lei Municipal nº 7.009, de 06 de junho de 2017, que se refere ao convênio com o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – IPERGS **PROJETO DE LEI Nº 76, DE 21 DE JUNHO DE 2017.**

Conforme consta na Justificativa do Projeto de Lei nº 61, de 24 de maio de 2017 e nos documentos a ela acostados, o que com a aprovação dessa Casa resultou na Lei Municipal nº 7.009, de 06 de junho de 2017, ficou autorizado o aumento da alíquota de contribuição para o IPERGS de 13,2% (treze inteiros e dois décimos por cento) para 14,59% (quatorze inteiros e cinquenta e nove centésimos por cento).

Após a expedição dessa Lei, a mesma foi encaminhada ao IPERGS para que providenciassem a emissão do Termo Aditivo, conforme encaminhamento através de nosso Of. 223/2017.

Em data de 19 de junho corrente recebemos o seguinte e-mail do IPERGS:

"---- Original Message ----

From: "convenios"

To: folha@veranopolis.rs.gov.br

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Sent: Sex, Jun 16, 2017, 10:55 AM **MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS**

Subject: Recebimento do ofício 223/2017 GP de Veranópolis  
GABINETE DO PREFEITO

Prezados senhores,



Recebemos o ofício 223/2017-GP informando que foi autorizada lei municipal para aumentar a alíquota de contribuição do IPE-SAÚDE dos servidores de Veranópolis dos atuais 13,20% para 14,59%.

Informamos **PROJETO DE LEI Nº 76, DE 21 DE JUNHO DE 2017** que o IPERGS enviou para seu município. No ofício enviado pelo IPERGS em dezembro de 2016, apenas NOTIFICAVA que o índice de sinistralidade do município estava acima do limite de 85% (estava em 93, 97%), e se tivesse que ficar com esse índice dentro do limite, a alíquota seria de 14,59%.

Muitos Municípios receberam ofícios notificando sobre o valor da sinistralidade de sua localidade que se encontra muito alto e pedindo para que haja a readequação da sinistralidade no prazo de 12 meses (um ano). Queremos esclarecer o significado de readequação no período de 12 meses. Não é preciso aumentar o valor da alíquota agora.

Alíquota à porcentagem específica do valor do salário do servidor que é pago ao ipergs.

Alíquota é diferente de sinistralidade. A sinistralidade influencia no aumento da alíquota. Não o contrário.

Sinistralidade, como o que há nos seguros, é um índice que serve para avaliar o desempenho econômico. No caso dos serviços de saúde, também se segue o princípio do mutualismo e também se avalia por sinistralidade.

Sinistralidade = .Despesa (tudo o que os servidores gastam em serviços de saúde)

Receita (tudo o que o CONTRATANTE paga ao IPERGS)

Lembramos ainda que o índice de sinistralidade (despesa / receita) deve ser de, no máximo, 85% (conforme Resolução nº 0329/2004 que

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

normatiza os Contratos de prestação de serviços – Ipergs). Quando a sinistralidade do município estiver maior que 85%, medidas são tomadas: primeiro notificação, depois aumento de alíquota e se ainda continuar alta a sinistralidade, rescisão contratual.



A notificação servia para alertar o Município de Veranópolis que deve maximizar o que paga ao ipergs e diminuir as despesas de seus servidores. Para isso, é necessário conhecer o que causa o aumento da sinistralidade.

### **PROJETO DE LEI Nº 76, DE 21 DE JUNHO DE 2017.**

Os principais fatores que fazem esse índice aumentar são: saída de servidores antes de completar o período mínimo exigido em contrato, informar salários menores do que realmente são, incluir servidores que nunca tiveram ipergs só depois que se aposentam, ilegalidades (empréstimo de cartão ipergs para conhecidos, por exemplo), etc.

Uma maneira de diminuir a sinistralidade é fazer uma campanha educacional junto aos servidores. Outra forma, que deve ser aplicada juntamente com esta sugestão é conseguir o maior número possível de adesão de servidores ao plano, fazendo com que se “dilua” a despesa pelo maior número de pessoas.

Vale frisar que no caso do servidor sair do plano antes de 1 ano de contribuição é quebrar regra contratual, conforme cláusula sexta, parágrafo segundo:

“Parágrafo Segundo: O período mínimo de permanência do usuário (inclusão nova) no Plano IPE-SAÚDE é de 1 (um) ano, respondendo o CONTRATANTE pelas contribuições integrais dos servidores do órgão, que se afastarem antes do decurso do prazo, exceto exonerados, desligados do Órgão ou falecidos.”

OBS.: a exceção são aqueles que perderam o vínculo com o município (exonerados ou falecidos).

Seu município possui a competência para administrar os servidores que terão ipergs. Pode barrar a adesão dos servidores ao plano caso exista risco de prejuízo ao município.

Agradecemos desde já sua compreensão e esperamos que a nossa parceria possa continuar por muitos anos para beneficiar os servidores

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

municipais.

**MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS**



CONTRATANTE: **GABINETE DO PREFEITO** 428 – Prefeitura Municipal de Veranópolis

Alíquota atual: 13,20%

Atual sinistralidade: 93,97%

Sinistralidade limite: 85% (conforme Resolução nº 0329/2004 que normatiza **PROJETO DE LEI Nº 76, DE 21 DE JUNHO DE 2017.**

Resumo: Veranópolis recebeu comunicado do ipergs em dezembro de 2016 para controlar a sinistralidade do contrato. Novo cálculo atuarial será realizado em dezembro de 2017, quando se verificará se o município conseguiu diminuir o índice de sinistralidade para 85% ou menor. Caso não consiga diminuir sua sinistralidade, então novo contrato será assinado com a nova alíquota.

Qualquer dúvida, estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Paula Baladão

Setor de convênios – IPERGS

Atendimento: das 9hs às 17hs

Fone: (51) 3210-5704


3210-5701"

Assim, devido a esses desentendimentos havidos e considerando esta informação recebida por e-mail, foi encaminhada ao IPEGS solicitação para que se manifestassem de forma oficial sobre o assunto.

Enquanto isso houvermos por bem revogar a Lei Municipal nº 7.009, de 06 de junho de 2017, para que não fique em vigor uma disposição que não poderia ser aplicada.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS**

 Assim, encaminhamos o presente Projeto de Lei para a devida tramitação na Câmara de Vereadores.

**PROJETO DE LEI Nº 76, DE 21 DE JUNHO DE 2017.**

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS,

21 de junho de 2017.

WALDEMAR DE CARLI,

Prefeito.